

POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA NA HETEROGENEIDADE: UMA EXPERIÊNCIA PELAS RUAS DA CIDADE

INTERACTION POSSIBILITIES IN HETEROGENEOUS CONTEXTS: AN EXPERIENCE THROUGH THE CITY STREETS

Brasil

Fundação Hermínio Ometto (FHO)
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Andreza Cristina Téo*
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6789-4542>
Simone Aparecida Ramalho**
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0002-1875>

RESUMO:

Este estudo versa sobre uma das ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Lambedores de Cultura”, que tem por objetivo promover a convivência com e na diferença e estabelecer redes heterogêneas, explorando as possibilidades presentes no território das cidades em que atua. Para tanto, pauta-se nos princípios norteadores dos Centros de Convivência e Cooperativa, que veem na arte e na cultura possibilidades de encontros significativos entre as pessoas. Referimo-nos a uma Oficina de Exploração Fotográfica realizada no município de Rio Claro/SP. A experiência foi realizada usando a fotografia como meio para exploração e ocupação dos diferentes espaços da cidade, buscando assim fomentar e aquecer redes de convivência heterogêneas. As oficinas eram semanais, abertas à comunidade e cuidavam de incluir a participação de segmentos populacionais apartados do convívio comum das cidades, devido a diversos marcadores sociais da diferença, possibilitando novos espaços de socialização e apropriação dos espaços públicos.

Palavras chave: Convivência; Redes heterogêneas; Extensão.

ABSTRACT:

This study discusses an action developed by the Outreach Project Lambedores de Cultura, which aims to promote interaction with and in diversity and to establish heterogeneous networks, exploring the possibilities of the territory of the cities where the project takes place. The project is based on the guiding principles of Community Centers and Cooperative, which see in art and culture possibilities of meaningful interactions between people. The article refers to a Photographic Exploration Workshop held in Rio Claro / SP. The experiment used photography as a means to explore and occupy different city spaces, thus seeking to foster and increase heterogeneous interaction networks. The weekly workshops were opened to the community and included the participation of segments of the population segregated from common city life, due to several social markers. The workshops promoted new spaces for socialization as well as the appropriation of public spaces.

Keywords: Interaction; Heterogeneous networks; Outreach project.

* Psicóloga. Aluna de Aperfeiçoamento da Fundação Hermínio Ometto (FHO), Araras - SP, Brasil. E-mail: teoandreza@gmail.com

** Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Baixada Santista - SP, Brasil. E-mail: simone.ramalho10@gmail.com

Introdução

O termo “estima”, segundo Goffman (1992), corresponde a um conjunto de características depreciativas que tornam as pessoas “diminuídas”, impondo-lhes um efeito de descrédito, fraqueza e desvantagem. O estigma marginaliza e segrega, não possibilitando que os sujeitos convivam com a heterogeneidade e construam experiências de vida em comum. Assim sendo, “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos [...]” (GOFFMAN, 1992, p. 148-149).

No campo da saúde mental, a imagem do “louco”, comumente associada à periculosidade, incapacidade e insanidade, é um estigma que passou a acompanhar as pessoas com sofrimentos psíquicos e a produzir o banimento, a reclusão e a expulsão desses sujeitos do convívio social, conforme expõe Scarcelli (2011). Assim, além de dar visibilidade às diferenças que devem ser reconhecidas como tais, o estigma delimita o contato entre as pessoas e delas com a sociedade.

Nesse sentido, a cidade passa a ser um espaço de circulação para a maioria – mesmo que em situação de vulnerabilidade social, a exemplo de pessoas com deficiência, asilados, moradores de rua, entre outros – e uma realidade desconhecida para alguns segmentos populacionais frequentemente apartados das redes de convívio, como os usuários de serviços de saúde mental, egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos. Isso porque, inconscientemente ou não, a convivência em diversos espaços urbanos pauta-se por uma certa ideia de “normalidade” que norteia os comportamentos dos que por ali podem ou não podem passar, provocando estranhamento quando essas expectativas não são realizadas. Vemos com isso a fragilidade não só das relações humanas, manifesta no contato entre as pessoas, mas também na ocupação dos diferentes espaços sociais.

Referimo-nos aqui a aspectos que perpassam a vida cotidiana e que carecem de discussões e ações, como pensar em oportunidades de agenciamento para o encontro com a diferença e construir e sustentar a convivência heterogênea e a produção de laços sociais, além de destacar aspectos que podem estar infringindo nossos direitos de cidadania.

Canevacci (2004), buscando compreender como ocorre a comunicação em uma grande cidade, no caso, a cidade de São Paulo, apontou que há possibilidades incríveis para nos aproximarmos de uma realidade que pouco se vê nos noticiários e nas propagandas. Nesse sentido, descreve o quanto percorrer as ruas e avenidas da cidade, tecendo diálogos com as pessoas que encontrava pelas ruas, permitiu um encontro com um território que não está estampado em mapas, nem em discursos publicizados. Assim descreve:

Estou convencido de que é possível elaborar uma metodologia da comunicação urbana mais ou menos precisa com a seguinte condição: a de querer perder-se, de ter prazer nisso, de aceitar ser estrangeiro, desenraizado e isolado, antes de se poder constituir uma nova identidade metropolitana. (CANEVACCI, 2004, p. 13).

Para tanto, Canevacci (2004) afirma ser necessário se colocar neste movimento de forma divergente, abrindo-se a ele e não estando meramente como de passagem. Ou seja, buscando uma aproximação com as diferentes linguagens que emergem nesse contexto, em suas multiplicidades e singularidades, o que ele chamou de “cidade polifônica”:

[...] significa que a cidade em geral e a comunicação urbana em particular comparam-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam, e também designa uma determinada escolha metodológica de “dar voz a muitas vozes”, experimentando assim um enfoque polifônico com o qual se pode representar o mesmo objeto – justamente a comunicação urbana. (CANEVACCI, 2004, p. 17).

Desse modo, a interpretação da cidade ocorre por meio dos olhares e das narrativas de muitas pessoas que passam a interagir, falam, ouvem e são ouvidas, contribuindo para construção de uma comunicação no território, uma discussão que nos direciona ao que Galletti (2004) expõe sobre os encontros humanos. Para esta autora, a potencialidade dos encontros está em proporcionar um espaço em que as pessoas possam

compartilhar experiências e, neste movimento, ver aumentar suas possibilidades de afetarem e serem afetadas por essa interação, favorecendo a convivência entre elas; um encontrar-se que, segundo Galletti (2015), não significa colidir-se com o outro, mas experimentar a distância que nos separa.

A autora nos convida à experiência da escuta e da aproximação com o outro, valorizando o que cada um tem a dizer, considerando suas expressividades, seus valores, costumes, culturas que, ao se comporem entre si, ampliam a compreensão sobre uma dada realidade e nos impulsionam a romper as barreiras impostas pelo preconceito e discriminação. Assim, “no encontro, a partir da distância, podemos encontrar polidez, delicadeza, gentileza, suavidade, ao mesmo tempo, separação, vai e vem, sobrevôo [sic], contaminação, envelopamento, ressonâncias entre alteridades [...]” (GALLETTI, 2015, p. 19).

Essas são questões sobre as quais nos colocamos a pensar a partir de uma experiência vivenciada em um Projeto de Extensão intitulado “Lambedores de Cultura”, que teve seu início no ano de 2011, como extensão universitária em um curso de Psicologia. Pautou-se tanto pelos princípios que regem o movimento de Luta Antimanicomial, defendendo a diferença na convivência comum das cidades, quanto pelos ideais dos Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOs), na perspectiva das potencialidades dos encontros para experiências significativas na heterogeneidade, tendo como alicerces as manifestações artísticas e culturais.

Atualmente, esse projeto desenvolve ações em três cidades de São Paulo (Araras, Rio Claro e Santa Gertrudes), por meio de cinco subprojetos, que visam explorar as possibilidades presentes no território e ocupar diferentes espaços públicos, com o intuito de aproximar as pessoas, a cidade e as diferenças que as compõem, fomentando encontros e redes heterogêneas mediante oficinas culturais abertas à comunidade. Um trabalho de garimpo que encontra preciosidades em contatos que outrora poderiam ser identificados como estéreis.

Especificamente neste artigo, descreveremos algumas experiências vivenciadas em uma Oficina de Fotografia realizada no município de Rio Claro. A Exploração Fotográfica da cidade impulsionava saídas semanais às ruas, promovendo novos espaços de socialização, novas formas de apropriação dos espaços públicos e privados e a construção de redes de convívio heterogêneas.

A extensão como uma via de mão dupla: da formação à comunidade (e vice-versa)

Paulo Freire (1983) problematizava a extensão universitária quando pensada unicamente como algo a ser transferido, depositado ou entregue a um grupo ou a um indivíduo. Uma posição estratificada de quem oferece e de quem recebe, isso pela detenção do saber que estabelece um poder sobre aqueles que não o possuem. Muitos de seus questionamentos impulsionaram a elaboração de um trabalho que valorizasse o saber proveniente do coletivo, sendo esse o caminho para ultrapassar uma ação meramente assistencialista. Suas atribuições, nesse sentido, seriam proporcionar uma relação dialógica e comunicativa, pautando-se pela construção partilhada do conhecimento em ambas as partes: universidade e comunidade.

Para Guadilla (2011), esses aspectos assumem uma importância fundamental na atualidade e evocam a responsabilidade para sua efetiva realização. Segundo o autor,

O compromisso social como exigência é um dos elementos cruciais ao final da primeira década do século. Este compromisso social deve superar as limitações que tem o conceito de extensão, reivindicando a necessária contextualização dos conhecimentos, a interação com a sociedade, os processos de aprendizagens compartilhados e orientados em direção à transdisciplinaridade, processos interativos de educação com a sociedade,

cada vez mais viáveis, reivindicando as redes como organizações de aprendizagem coletiva e a educação sem fronteiras de qualquer tipo. Estes fatores interagem também com as demandas emergentes deste começo de século, como é a aprendizagem ao longo da vida. (GUADILLA, 2011, p. 20).

Calderon (2011) discute esse movimento a partir da formação acadêmica e enfatiza que a responsabilidade social, ou o comprometimento social, não é um atributo da extensão universitária em si, mas da instituição de ensino superior, sendo a ação extensionista apenas um dos meios para que essa exigência seja efetivada. Atribui a esta ação sete dimensões: ética, formadora, acadêmica, didático-pedagógica, cooperadora, estratégica e acolhedora, que operam na criação de espaços em que se perpetuem a aprendizagem de valores de cidadania, de posicionamentos democráticos, da diversidade e da multiculturalidade.

Ao nos determos a esses aspectos, reconhecemos seus impactos na formação de estudantes, por ultrapassarem um contexto pragmático de avaliação individual, propondo uma ação em que se faz necessária a superação da dicotomia universidade-sujeito, para uma construção que implique universidade-extensão-sujeito-comunidade-intervenção social. Este seria um movimento de desmistificação, que tende a desenvolver uma atuação mais consciente e crítica na realidade em que estamos inseridos.

Calderon (2011), ao discutir as limitações desse processo, expõe algumas lacunas, como a perpetuação de concepções arcaicas pautadas pelo assistencialismo, que ainda têm sido o alicerce de muitas ações extensionistas, assim como o avanço incipiente desse trabalho, que passa a ser pontual ou renegado a segundo plano, o que fragmenta o desenvolvimento e a solidificação da extensão universitária. Esta é uma realidade que tem impulsionado a abertura de espaços para discussões sobre o tema, instigando o encontro entre os envolvidos, assim como a aproximação com essa problemática.

Assim, reconhecemos que um conhecimento contextualizado implica não só a identificação das demandas sociais, conforme defendido pelo autor, mas um diálogo constante a partir do que se tem produzido com o território, no território e na formação de profissionais. Esse processo comunicativo evoca a presença de diferentes sujeitos, em diferentes contextos e histórias, como autores sociais. É um pouco desse trabalho que apresentaremos a seguir.

Exploração fotográfica da cidade: agenciamentos de redes heterogêneas

No início de suas atividades, o Projeto de Extensão “Lambedores de Cultura” buscou estabelecer parcerias com espaços formais e informais nas cidades em que atua, com o intuito de tecer redes entre a saúde e a cultura. Uma delas foi com o Centro de Atenção Psicossocial III (CAPS III), localizado no município de Rio Claro/SP, que sediou inicialmente a oficina de fotografias. Alguns extensionistas passaram a ir periodicamente a esse serviço, a fim de discutir as possibilidades de desenvolverem alguma atividade na cidade. Assim, o trabalho foi construído em meio às resistências, tanto por conta das limitações dos usuários, decorrentes de um histórico de longas internações psiquiátricas, quanto pelo posicionamento irredutível dos profissionais envolvidos, fadados a um trabalho institucional apenas.

As visitas semanais ao serviço permitiram um contato mais próximo dos profissionais com os usuários do CAPS III, incluindo o cotidiano dessas pessoas. Isso possibilitou que todos se colocassem como protagonistas na criação da oficina, que foi pensada a partir do desejo dos usuários do serviço em sair da instituição e realizar atividades em outros locais da cidade, uma vez que CAPS era o único lugar que frequentavam.

Desse modo, iniciou-se um trabalho de exploração e ocupação dos diferentes espaços sociais a partir de uma oficina, que propunha saídas semanais às ruas do município, tendo o próprio serviço como ponto de saída e de chegada. Esse movimento

tinha por objetivo impulsionar a circulação pela cidade de pessoas que sequer estavam inseridas nesse contexto, o qual se mostrava desconhecido e inabitável.

A oficina iniciou suas atividades sem a fotografia, que somente foi inserida após transcorridos dois anos. A ideia de realizar uma exploração fotográfica na cidade foi sugestão de uma extensionista que era fotógrafa, despertando interesse e aprovação dos usuários. Com a obtenção de uma câmera fotográfica profissional, que foi adquirida pela universidade, a extensionista fotógrafa passou a ensinar aos demais participantes técnicas básicas de fotografia. Esse instrumento mudou o movimento da oficina, pois em si causava estranhamento, por ser algo distinto da realidade das pessoas daquele município, que não estavam acostumadas com esse tipo de trabalho, chamando-lhes atenção.

A desvinculação com o CAPS, por uma série de questões institucionais, fortaleceu a autonomia da oficina. Atualmente, ela é aberta à comunidade, voltando-se de modo peculiar a parcelas da população que foram apartadas do convívio social, visando proporcionar, em consonância com outras parcelas da população, uma experiência com a cidade e com as diferentes singularidades que a habitam, capaz de transformações significativas nos modos de existir e viver juntos, mesmo que em pequenos gestos, pequenos encontros.

A oficina durava três horas e era composta por oito participantes, que se encontravam semanalmente em uma praça da cidade, que foi escolhida com o consentimento de todos para ser o local onde se encontrariam para iniciar as atividades. Enquanto esperávamos todos chegarem, conversávamos sobre diversos assuntos, como as questões políticas do país; sob pontos de vistas diferentes, íamos tecendo discussões que se abriam às críticas, às defesas e às complementariedades; uma interação que permitia uma aproximação maior com cada participante, que ali se colocava em sua singularidade.

Com a chegada de todos, decidíamos qual seria o destino da oficina naquele dia. Não havia algo pré-estabelecido, construíamos o percurso juntos, visando a liberdade de escolha, abertura nas decisões, discussões em grupo, participação ativa e autonomia. O movimento se cumpria por um questionamento: para onde vamos hoje? Complementando-se por outro: quem gostaria de fotografar agora ou sair com a máquina fotográfica? Havia uma rotatividade nesta função e, como tínhamos apenas uma máquina fotográfica, íamos revezando entre nós quem fotografaria.

Ao caminharmos pelas ruas da cidade, fotografávamos o que nos chamava a atenção, fosse uma placa de trânsito, uma flor, uma propaganda, um detalhe numa construção. Alguns participantes gostavam de comentar a fotografia e mostrá-la aos demais, outros fotografavam em silêncio e quando víamos suas fotografias ficávamos admirados com tamanha beleza presente em pequenos detalhes, o que pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 - Foto de Bruno Xavier de Camargo.



Fonte - Acervo do Projeto de Extensão “Lambedores de Cultura”.

O compartilhamento de assuntos diversos se fazia presente durante o percurso, assim como as gargalhadas e os sorrisos. Por vezes, parávamos para conversarmos, logo, continuávamos. Nesse movimento, encontrávamos com diferentes pessoas, algumas sentadas em bancos, outras passando apressadamente por nós, outras nas varandas das casas. Nossos cumprimentos chegavam até elas, que ora nos cumprimentavam, ora se assustavam com o que estávamos fazendo, o que, por sua vez, atraía diferentes olhares, mesmo porque não é corriqueiro encontrar um grupo de pessoas fotografando a cidade em plena luz do dia, naquelas terras do interior de São Paulo.

Bondía (2002) nos apresenta esses momentos como interrupções em uma convivência que se faz cada vez mais limitada pela pressa que nos consome diariamente em nossos modos de viver contemporâneos, impossibilitando até mesmo de cumprimentarmos as pessoas à nossa volta ou sorrir para elas, como se nosso corpo fosse impermeável a esse contato. De acordo com o autor, não se trata de algo simples, pois somos impulsionados pelos excessos que caracterizam o mundo moderno, tais como trabalho, opinião, informação (saber no sentido de “estar bem informado” e não no sentido de sabedoria), o que impede a conexão significativa entre acontecimentos e cancela novas possibilidades de experiência. Para Bondía (2002, p. 24):

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Essas pequenas interrupções possibilitam uma abertura à nossa própria transformação, diante de algo que não se pode antecipar, “pré-ver” ou “pré-dizer”, conforme expõe Bondía (2002). Aspectos estes que nos remetem a outros momentos da oficina, como os diferentes modos de apropriação dos espaços onde chegávamos, tais como o aeroclube, a praça central, o paço municipal, o ginásio de esportes. Alguns participantes percorriam o espaço físico do local, outros permaneciam sentados, em silêncio; outros, ainda, conversavam com as pessoas que lá estavam. Considerando que a “lógica da experiência produz diferença, heterogeneidade e pluralidade” (BONDÍA, 2002, p. 28), o que a oficina propõe é explorar essas possibilidades, o que também pode ser observado por meio das fotografias, que demonstram a experiência dos participantes com a cidade e da cidade com os participantes.

No entanto, era nítida a dificuldade de alguns em adentrar esses contextos, receosos da atitude preconceituosa das outras pessoas que estavam nesses estabelecimentos. Falamos da identificação de algumas características físicas que remetem diretamente aos sofrimentos psíquicos, classificados em uma categoria de transtorno mental, como a esquizofrenia, por exemplo. Um dos participantes relatou ser este um dos motivos que o levava a resistir em andar pelas ruas da cidade e contatar outras pessoas – é recorrente perguntar se achávamos que as outras pessoas realmente poderiam identificar “características esquizofrênicas” nele. Essa pergunta provoca arrepios, considerando uma convivência que deveria respeitar a singularidade de cada um e não ter na diferença um sinônimo de medo e de esQUIVA.

Para Sant’Anna (2001) é exatamente no contato direto entre as pessoas que temos a oportunidade de irmos rompendo com a dissociação nas relações humanas, desconstruindo conceitos discriminatórios. Esse movimento foi nomeado pela autora de “Ética da Composição”, em que as conexões estabelecidas pelos indivíduos ultrapassam uma moral de dominação sustentada por antigas concepções substancialistas. Segundo ela,

Não bastaria apostar na singularidade de cada indivíduo e defendê-lo por ela mesma, pois haveria o risco, mais uma vez, de cair no circuito nauseante de transformar o singular numa mônada isolada e liberada de toda relação e transcendência. De fato, o respeito às relações aparece como uma questão de sobrevivência individual e coletiva. Talvez por isso mesmo o respeito à vida

não seja simplesmente o objetivo final, mas, muito mais, o modo de existência dos seres, durante toda a sua duração. Em suma, entende-se por ética o estabelecimento de relações nas quais, no lugar da dominação, se exercem composições entre os seres; estas não são nem adequações harmoniosas entre diferenças, nem fusões totalitárias fadadas a tornar todos os seres similares. Trata-se de estabelecer uma composição na qual os seres envolvidos se mantêm singulares, diferentes sem, contudo, degradar qualquer uma delas em proveito de outras. A avidez característica da vontade de controle do corpo tende, neste caso, a empalidecer perante estas relações nas quais os corpos não precisam dominar ou ser dominados para adquirirem importância e força. (SANT'ANNA, 2001, p. 94-95).

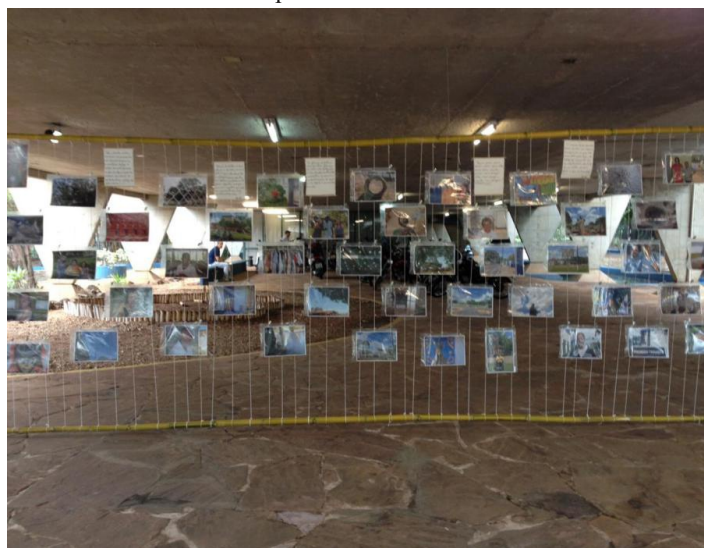
Sant'anna (2001) explica que não se trata de uma fusão ou diluição dos seres, mas do corpo que existe como elo entre corpos, o que o possibilita se inserir em uma paisagem real de um momento. As constantes idas ao supermercado, por exemplo, para tomarmos água e/ou café, até mesmo para sentarmos nas poltronas aconchegantes, local em que a maioria das pessoas que estavam no supermercado iam antes de se retirarem, provocavam questionamentos. Esse movimento se apresenta, segundo nos aponta Sant'Anna (2001), como passagens e combinações que ocorrem por meio de conexões capazes de proporcionar encontros heterogêneos.

Essas são discussões que aproximamos ao trabalho fotográfico da oficina, que vem sendo apresentado por meio de exposições itinerantes, proporcionando uma experiência singular aos participantes, que se emocionam e se orgulham ao verem seus trabalhos sendo apresentados à comunidade, além de promover uma intervenção no contexto social, em diferentes espaços. Esses aspectos nos remetem ao que vivenciamos quando expomos parte das fotografias em um supermercado, o mesmo em que os participantes do projeto não se sentiam à vontade para entrar anteriormente.

Desse modo, o diálogo com as pessoas ocorreu a partir das fotografias, seja pelo olhar atento de uma criança ou de um adolescente impressionado com o que via, ou, ainda, de adultos que paravam para apreciar as imagens ao saírem do supermercado. São simples movimentos que interligam e estreitam os contatos, muito próximo ao que vivenciávamos semanalmente nas saídas pelas ruas da cidade.

A exposição “Redescobrimo Olhares” durou aproximadamente trinta dias, passando por quatro locais diferentes do município de Rio Claro: um supermercado, o ginásio de esportes, o Núcleo Administrativo Municipal e o Jardim Público. Apresentou fotografias diversas: paisagens, pessoas, construções, detalhes, dentro de uma óptica particular, ou seja, olhares singulares sobre a cidade que, poderíamos dizer, também foram alvo dos mais diversos olhares, não por conta dos participantes, mas pelo trabalho que realizam e por levarem à comunidade uma cidade que se perde em meio ao movimento cotidiano.

Figura 2 - Exposição “Redescobrimo Olhares” no Núcleo Administrativo Municipal.



Fonte - Acervo do Projeto de Extensão “Lambedores de Cultura”.

Convivência e afirmação de direitos

Saraceno (2011) já apontava sobre o quanto se tem falado de reabilitação de alguns segmentos populacionais, como deficientes físicos, pessoas com sofrimento psíquico, pessoas em situação de rua, encarcerados, etc., assim como da integração de imigrantes/refugiados e da luta contra a exclusão. No entanto, o autor expõe que a mudança tem que ocorrer na comunidade que circunda o sujeito e não apenas nas normas existentes. Para ele, a diversidade deve induzir uma mudança das regras do viver, para que não seja isolada, separada e aniquilada da comunidade, o que pode ser observado quando se proíbe a uma minoria de falar a própria língua ou quando se discrimina a homossexualidade, por exemplo. Nesse movimento, está se negando a existência da diversidade ou até mesmo obrigando-a a não existir.

De acordo com o mesmo autor,

A tolerância como ética do respeito da igualdade dos seres humanos se transforma em ética de acesso às oportunidades materiais e afetivas de que uma comunidade dispõe. Agora já não se concebe mais uma ética privativa de filósofos, sacerdotes ou teólogos: a ética contemporânea é a ética do acesso, que muda a vida dos diferentes e de todos os normais, que em um momento dado da sua vida normal serão, também eles, diferentes; ética do acesso aos tratamentos, a ser escutado, ao apoio, aos recursos, às oportunidades, às trocas, às praças de mercado. (SARACENO, 2011, p. 99).

A partir dessa perspectiva, reconhecemos que a oficina de fotografias vem favorecendo mudanças das regras do viver, sendo um campo de discussões constantes com o espaço urbano, com as pessoas durante o percurso e com os participantes. Nesse sentido, apresenta-se como possibilidades, tanto para que as pessoas revejam seus conceitos quanto de experiência de vida em comum.

Como exemplo, poderíamos citar o que vivenciamos em um espaço público de cultura do município de Rio Claro, quando uma pessoa que trabalhava no local questiona sobre a presença de um dos participantes ali, visto ser ele usuário de um CAPS, o que causou um alvoroço entre os demais funcionários. Eles criaram a hipótese que o participante havia fugido do serviço ou saído de sua casa sem o consentimento de seus familiares.

Outro exemplo é o que emergiu entre um dos participantes da oficina, que se recusou a ir ao CAPS da cidade, afirmando que não achava uma boa ideia, pois sempre ouviu de sua mãe que ir a lugares onde há pessoas com “problemas” poderia ocasionar que ficássemos iguais a elas, sendo algo prejudicial à convivência. A sugestão para irmos ao CAPS foi feita por um participante que era usuário desse serviço e, no decorrer da oficina, eles se aproximaram mediante sorrisos, diálogos, olhares, gentilezas, como de empurrar sua cadeira de rodas, o que permitiu que todos pudessem se apresentar por si mesmos, não por uma categoria/classificação médica. Esta foi uma experiência que se manifestou naturalmente, sendo vivenciada com muita alegria. Ao término da oficina, uma despedida carinhosa ocorreu entre os participantes.

Isto posto, compreendemos que o próprio movimento da oficina se apresenta como resistência a um contexto de segregação. Uma realidade que nos chama atenção para a construção de uma rede de contatos tecida artesanalmente a cada saída pelas ruas da cidade, permitindo uma aproximação entre as pessoas e a realidade urbana. Se a comunidade em si é o recurso para o exercício constante de afirmação de direitos, conforme expõe Saraceno (2011), é para ela que devemos nos voltar, considerando que a convivência com e na diferença “[...] será mais real somente na medida em que a reorganização da banalidade da vida diária [...] e a reafirmação da subjetividade voltar a ser parte integrante de qualquer discurso geral sobre nosso futuro” (SARACENO, 2011, p. 100).

A experiência promovida pela Fotografia

A imagem fotográfica permite um recorte da realidade e seu registro como marca do que foi vivenciado em um tempo-espaço-momento, que se perpetua ao longo dos anos. Porém, ela traz também a compreensão do modo como cada pessoa se sentiu, se colocou e viveu aquele momento de apreensão, fazendo emergir na imagem a subjetividade de cada uma.

Andriolo (2017), pensando essas questões na Psicologia Social, por exemplo, relata que o domínio da imagem neste campo de conhecimento permitiu compreender o estudo de processos sociais, considerando a imagem não apenas como algo físico, mas um movimento de mediações entre o objeto icônico e as imagens mentais dos observadores, por meio da experiência corporal (sensorial e estética). Portanto, “refere-se aos movimentos de transformação da imagem entre uns e outros, enquanto fenômeno imagético no processo social, na vida intersubjetiva. A imagem constitui-se em um campo de significação estética, política, econômica e cultural” (ANDRIOLO, 2017, p. 155). Desse modo, a imagem integra o psíquico e o social, em uma articulação entre o visível e o invisível, ou seja, entre o que se vê e o modo subjetivo de ver, que muito perpassa a personalidade, sensibilidade, expressão, emoção, que são termos pertinentes ao domínio da Psicologia.

Poderíamos nos perguntar como, em um contexto de sofrimento, foi possível sorrir ou, ainda, como foi possível a convivência em um contexto de segregação? São questões que nos remetem à amplitude da fotografia na relação que estabelece com o meio, no sentido de proporcionar novos espaços de expressão, demonstrando seu potencial em alcançar o sensível na imagem, no fotógrafo e nas relações que estabelece.

Pensar a fotografia por esse viés é também transcender seu senso estrito, o que foi o desafio do trabalho de Lemos (2014), que retratou a fotografia como possibilidade de relações humanas com diversos espaços e interações subjetivas com o espaço fotográfico. Para a autora, a fotografia contrasta questões de fronteiras de território com relações de pertencimento ou abandono, com espaços naturais, artificiais ou construídos, desencadeando deslocamentos e fusões de espaços e subjetividades.

Considerando esses aspectos, temos que a máquina fotográfica consegue ultrapassar as delimitações concretas, sejam elas físicas ou humanas, e os lugares de ocupação passam a ser desordenados e (re)constituídos pela experiência, não por aquilo que é previamente determinado. Assim, alcança uma imagem que, se não aproxima as pessoas do que se fotografa, pelo menos proporciona um olhar diferente sobre a realidade ao seu entorno. De todo modo, temos um contexto sendo ressignificado e transformado mediante a criação fotográfica, uma dinâmica na qual desenham o cenário do acontecer, do acaso, do vivido, que passam a ser apresentados, descobertos, praticados e provocados pela fotografia, conforme expõe Lemos (2014).

Esses são alguns aspectos que nos levam a reconhecer na fotografia possibilidades de comunhão com o mundo. Nessa perspectiva, em nossa oficina, o ato de olhar, ser olhado e o olhar-se, mediante uma máquina fotográfica, foi diversificando o contato dos sujeitos com a cidade, tanto com as riquezas físicas dos centros urbanos, em sua constituição histórica e cultural, quanto de detalhes que se mostravam sem atrativo. Isto posto, temos que cada fotografia fazia emergir a presença singular do fotógrafo, o que poderia ser reconhecido por seus diferentes detalhes e significados, favorecendo as múltiplas formas de apreensão de uma mesma realidade.

A fotografia, nesse sentido, não ocupa meramente uma posição ilustrativa, mas apresenta, em si, um movimento que nos aproxima de uma trepidação existencial com o desconhecido, seja pelo que é descoberto, seja pelo contato estabelecido a partir do que foi descoberto, que pode ser a cidade, a rua, a paisagem, a construção, uma situação, uma pessoa. Saraceno (1999), ao se voltar àqueles que foram apartados do convívio comum das cidades, reconhece nesses pequenos movimentos a potencialidade para construções

substanciais, referindo-se às construções afetivas, relacionais, materiais, habitacionais e produtivas. Para o autor, a partir dessas construções se faz possível a concreta reabilitação da convivência em sociedade.

Lopes (1999), ao discutir sobre os desafios de incluir pessoas marginalizadas por sua condição social, de saúde, de gênero, faixa etária, denominados de portadores de necessidades especiais, no exercício da convivência em espaços públicos, aponta para a importância de um trabalho que evoque a presença de cada sujeito, como “possibilidades de alteração dos mundos de fora e de dentro, simultânea e transversalmente, ou seja, possibilitando a instauração da intra, da inter e da transsubjetividade” (LOPES, 1999, p. 151). Para a autora, este é um movimento característico do processo de convivência, que permite as pessoas se reconhecerem e se estranharem, trocarem de lugares e conquistarem novos ou velhos lugares já modificados, “favorecendo um ‘flagrar-se’ que amplia repertórios, compreensões e potencialidades individuais e coletivas” (LOPES, 1999, p. 52).

Nesse sentido, a horizontalidade dessas relações, provocadas pelo movimento fotográfico, proporcionou redes de convívio que aproximavam as subjetividades, criando novos espaços de socialização. Assim, desvencilhando do preconceito e estigma que envolvem esses sujeitos, as atividades desencadearam um processo de identificação que, segundo Crochík (2011), se faz necessário para superarmos os demarcadores sociais da diferença, que ainda segregam as pessoas.

O projeto propiciou um percurso no qual os participantes passaram a encontrar pontos de referências distintos dos quais já estavam habituados, como o Centro de Atenção Psicossocial. A praça central, o aeroclube, a casa da cultura, os cemitérios, a rodoviária e tantos outros lugares foram sendo redescobertos como espaços possíveis de circulação, interação, como se tivessem sido recuperados pelo sentido que a fotografia trouxe para suas vidas.

Considerações finais

De nossa experiência, colhemos arranjos ao mesmo tempo simples e complexos da proposição da Oficina de Exploração Fotográfica. Percebemos que as fotografias podem tomar parte em novas formas de comunicação com a cidade e com as pessoas que a habitam, possibilitando encontros, trajetos e conexões que favoreçam “desacomodações” nos modos habituais de circularmos nos territórios, colocando em visibilidade e tensão o estigma e abrindo pequenas chances de, ao enfrentá-lo, tecer novas possibilidades de convívio comum.

Ao dar visibilidade e protagonismo a seus participantes, uma vez que o trabalho realizado é construído por aquilo que cada um deles tem a dizer, pelos olhares que revelam naturalizações nos modos de viver a cidade e, ao mesmo tempo, a surpresa, o espanto e a alegria da descoberta de outras possibilidades, as fotografias tornam-se dispositivos que guardam a potência de abrir diálogos, ativar sensibilidades e colocar em movimento vidas destinadas a estarem apartadas pelas ruas da cidade.

Não se tratou simplesmente de um trabalho acadêmico destinado à comunidade, como muitas vezes tomamos a relação entre esses dois atores, universidade e cidade, que seguem ainda apartados em nossos imaginários e práticas, mas houve um esforço para construir um trabalho com e na comunidade, que permitisse a emersão de autores sociais, lado a lado, horizontalmente. Esse movimento foi criado artesanalmente, seja por um cumprimento, por um aperto de mão, por um abraço, por uma xícara de café ou um copo d’água solicitado durante o percurso, em diversos estabelecimentos, favorecendo aquilo que habitualmente não se evidencia: a singularidade, muitas vezes expressa por meio de sorrisos, narrativas, conversas espontâneas. Demonstrando a pluralidade, propõe-se o enfrentamento e desmistificação de comportamentos homogeneizantes e preconceituosos.

A espontaneidade dessas relações, cabe destacar, se apresenta como potencialidade em sua sustentação, considerando os limites impostos à convivência contemporânea, intensificados pelas atribuições cotidianas, pautadas pela aceleração dos contatos humanos, uma vez que o tempo passou a ser o cursor de nossas vidas e a pressa o meio para sobrevivermos a ele. Se “a visão rápida de alguém é a visão que não deixa narrativas e só apanha caricaturas” (GONÇALVES FILHO, 2003, p. 202), buscar brechas nesses modos de viver que se apresentam ali, no meio das tardes de uma cidade, pode revelar chances de outros encontros com a diferença, com o tempo e com os lugares, que se façam como interferências interessantes à própria convivência comum, que vem sendo enfraquecida por arranjos contemporâneos.

Curiosamente, a fotografia, ao fixar imagens nesse tempo que tem passado tão aceleradamente, ao convidar o olhar para deter-se sobre lugares, pessoas e relações, ao mesmo tempo que impulsionou a circulação pelas ruas da cidade, pôde ser meio para a apropriação dos diferentes espaços e tramas que constituem a cidade, proporcionando a chance de novas recomposições. Não se tratou simplesmente de um instrumento que nos aproximava de detalhes exuberantes esquecidos nas paredes de diversas construções, ruas, calçadas ou até mesmo da beleza de cada rosto humano, muitos deles observados, possivelmente, apenas pelas fotografias, mas da abertura ao desconhecido que as saídas fotográficas proporcionavam. No rastro de imagens a se fotografar, dilatou-se o tempo, expandiram-se ruas, recompuseram-se corpos em movimento, dispararam-se possibilidades de muitos encontros, delicadamente colocando em questão o que nos distancia, o que nos aproxima, o que podemos fazer juntos.

Tomando a extensão como espaço de formação, reconhecemos nesta construção coletiva, que envolve estudantes e comunidade, a oportunidade também de muitas ampliações, que derivam outras formas de aprendizagem. Percebemos que o mergulho em uma experiência que convida ao inesperado, que toma o território sensível e o agenciamento de encontros como ferramentas, possibilita o favorecimento daquilo que Kastrup (2008) denomina como uma política cognitiva da invenção, em diferenciação a concepções que restringem a aprendizagem ao campo da solução de problemas preexistentes – a aprendizagem inventiva, ao se dar exatamente no plano da experiência e das interações, seria aquela que possibilita a invenção de si, de outros mundos e que, necessariamente, inventa outros problemas.

De certa forma, somos convidados a pensar que a oficina é para todos – frequentadores, passantes, trabalhadores de comércios, equipamentos públicos, visitantes de uma exposição que, em ato, são convidados aos muitos deslocamentos que a experiência, e só ela, têm a chance de propiciar. Inventam-se, ao mesmo tempo, formação, conhecimento, convívio, ocupação da cidade, fotografia, saúde, cultura; reinventam-se a própria cidade e uma convivência que se afirma possível na heterogeneidade.

Referências

ANDRIOLLO, A. A imagem: unificação psicossocial por meio da experiência estética. In: SILVA JUNIOR, N.; ZANGARI, W. **Psicologia Social e a Questão do Hífen**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 151-166.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CALDERON, A. I. Extensão universitária: revisitando conceitos e práticas institucionais. In: CALDERON, A. I. et al. **Extensão universitária: uma questão em aberto**. São Paulo: Xamã, 2011.

- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CROCHÍK, J. L. Preconceito e Exclusão. **WebMosaica, Porto Alegre**, v. 3, n. 1, p. 32-42, jan./jun. 2011. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/22359/13016>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GALLETTI, M. C. **Oficina em saúde mental**: instrumento terapêutico ou intercessor clínico? Goiânia: UCG, 2004.
- GALLETTI, M. C. Qual o lugar dos centros de convivência na rede substitutiva. In: CRP. **Centros de convivência e cooperativa**: cadernos temáticos CRP-SP. 1. ed. São Paulo: CRP-SP, 2015. p. 19-22. Disponível em:
<http://cedoc.crsp.org.br/bitstream/handle/1/655/pdf-2015-11-05-16-14-35_cad15.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 set. 2019.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (org.) **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUADILLA, C. G. O compromisso social das universidades. In: CALDERON, A. I. et al. **Extensão universitária**: uma questão em aberto. São Paulo: Xamã, 2011.
- KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LEMOS, A. R. **Da fotografia, o espaço como personagem**: articulações, dinâmicas e experiências. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014. Disponível em:
<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-20052014-122107/publico/ANUSCHKAREICHMANNLEMOS.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- LOPES, I. C. Centros de Convivência e Cooperativa: reinventando com a arte agenciamentos de vida. In: FERNANDES, M. I. A. et al. **Fim do século**: ainda manicômios? São Paulo: LAPSO/IPUSP, 1999.
- SANT'ANNA, D. B. **Corpos de Passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SARACENO, B. A cidadania como forma de tolerância. **Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 93-101, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14126/15944>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- SARACENO, B. **Libertando Identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte: Te Corá. 1999.
- SCARCELLI, I. R. **Entre o Hospício e a Cidade**: Dilemas no Campo da Saúde Mental. São Paulo: Zagodoni, 2011.